

AMBIENTE

WITH
slcm



**ALTERAÇÃO AO REGIME
JURÍDICO DOS SISTEMAS
MULTIMUNICIPAIS DE
FORNECIMENTO DE ÁGUA,
DE SANEAMENTO E DE RECOLHA
DE RESÍDUOS**

O DECRETO-LEI N.º 16/2021, DE 24 DE FEVEREIRO, TEM EFEITOS RETROATIVOS A 1 DE JANEIRO DE 2021.

Com produção de efeitos retroativa a 1 de janeiro de 2021, o Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, vem alterar o regime jurídico de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de **resíduos sólidos**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, relativamente a dois aspetos: atividades exercidas pelas entidades gestoras e regime tarifário.

A) ATIVIDADES EXERCIDAS PELAS ENTIDADES GESTORAS

Por um lado, não obstante a demora, mas em coerência com a provação do regime jurídico de produção de água para reutilização (cfr. nossa FYI sobre o Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto), as atividades concessionadas aos sistemas multimunicipais passam a incluir a produção de água para reutilização obtida a partir do tratamento de efluentes, bem como a sua disponibilização.

Por outro lado, densificam-se os requisitos cumulativos a que está sujeito o exercício de atividades complementares ou acessórias da atividade principal pelas entidades gestoras de sistemas multimunicipais, que são agora os seguintes:

- Deter a competente habilitação jurídica, técnica e funcional;

- Manter a exploração e a gestão do sistema multimunicipal como atividade principal;
- Cada atividade complementar ou acessória deve ser objeto de contabilidade analítica própria e autónoma;
- Cada atividade complementar ou acessória deve ser autossuficiente em termos económico-financeiros e, no caso de atividade complementar, permitir uma partilha de encargos com a atividade principal proporcional à utilização do ativo;
 - o No caso de atividade acessória, a autossuficiência económico-financeira pode ser meramente tendencial, se a atividade acessória prosseguir fins de interesse ambiental, social ou reputacional para a entidade gestora, desde que a prossecução da atividade acessória seja objeto de parecer prévio favorável por parte de todos os municípios utilizadores, não podendo a atividade acessória exceder 1% do volume de negócios da entidade gestora em cada ano.
 - o No caso de se registar um desvio de recuperação de gastos de natureza superavitária, o limite previsto é de 5% se a atividade acessória a prosseguir gerar receitas que permitam a recuperação, no período da concessão, de, pelo menos, 70 % da soma do valor do investimento realizado e dos custos de investimento e de exploração associados.
- Não seja posta em causa a concorrência;
- As atividades complementares não podem implicar a antecipação de investimentos nas infraestruturas afetas à atividade principal.

Porém, esta densificação dos requisitos, trouxe consigo a dúvida sobre a quem compete a autorização para o exercício de atividades acessórias ou complementares. Na anterior redação do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, resultava claro que esse exercício dependia de autorização do membro do Governo responsável pela área do ambiente. A alteração agora introduzida pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, manteve essa regra, mas acrescentou um novo n.º 8 que estabelece que o *“exercício das atividades complementares ou acessórias que não se encontrem previstas no contrato de concessão depende de autorização do concedente, precedida, salvo no caso das atividades de interesse ambiental, social ou reputacional referidas no n.º 6, de parecer da Autoridade da Concorrência, com vista a avaliar os seus efeitos na concorrência, e da entidade reguladora do setor, com vista a avaliar os seus efeitos na atividade principal, ponderado o disposto nos números anteriores”*.

A aparente contradição da lei resolve-se, a nosso ver e na assunção de que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados, pela necessidade de duas autorizações:

- Primeiro, as concretas atividades complementares ou acessórias devem estar expressamente previstas no contrato de concessão (e não a sua mera possibilidade abstrata);
- Segundo, no momento de dar início à execução de tais atividades, a entidade gestora deve pedir autorização ao membro do Governo responsável pela área do ambiente e da ação climática.

Esta duplicidade de exigência de autorizações, digamos assim, pode compreender-se pelo hiato temporal que pode decorrer entre a outorga do contrato de concessão e a implementação prática das atividades, que muitas vezes exigem avultados investimentos. Na hipótese de nesse hiato se terem alterado as condições de mercado da atividade complementar ou acessória a executar ou se terem modificado os objetivos a que está adstrita a atividade principal, poderá colocar-se a questão sobre se será necessário a emissão de novos pareceres pela Autoridade da Concorrência ou pela ERSAR – Entidade Reguladores dos Serviços de Águas e Resíduos.



**CONTRADIÇÃO DA LEI OU EXIGÊNCIA DE DUPLA
AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADES
COMPLEMENTARES OU ACESSÓRIAS?**

B) REGIME TARIFÁRIO

É aditado um novo artigo 7.º-A ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, sob a epígrafe “Regime Tarifário”.

No n.º 1 deste novo artigo estabelece-se que no âmbito do sistema de titularidade estatal gerido pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. deve ser considerado o papel que esta entidade gestora desempenha, na salvaguarda das situações de interdependência financeira entre entidades gestoras e na sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e das respetivas entidades gestoras, na fixação das tarifas, dos rendimentos tarifários e dos proveitos permitidos.

No âmbito da fixação das tarifas, dos rendimentos tarifários e dos proveitos permitidos, e sem prejuízo da consideração, ainda que parcial ou territorial, de que as atividades concessionadas integram o ciclo urbano da água, **consagra-se a regra da segregação dos gastos por atividade concessionada**, designadamente:

- A atividade de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público;
- A atividade de recolha, tratamento e rejeição de efluentes;
- A atividade de produção de água para reutilização obtida a partir do tratamento de efluentes, bem como a sua disponibilização;
- A atividade de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Estabelece-se agora que **podem ser previstos, por ato legislativo, mecanismos de coesão e harmonização tarifárias entre atividades concessionadas e entre sistemas de titularidade estatal**, mediante a definição da respetiva estrutura e critérios de determinação, cabendo à entidade reguladora do setor não só o seu cálculo, mas também a fiscalização da sua aplicação.

Ademais, e sem prejuízo dos demais apoios existentes previstos por lei, o **Fundo Ambiental pode atribuir apoios destinados a contribuir para a sustentabilidade económico-financeira** dos serviços de águas objeto dos sistemas multimunicipais de águas, num contexto de equidade tarifária regional.

C) REGIMES ESPECIAIS E TRANSITÓRIOS

O Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, estabelece também regras especiais e/ou transitórias relativamente a tarifários e desvios de recuperação de gastos aplicáveis aos seguintes sistemas multimunicipais:

- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, criado pelo Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro;
- Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais do Tejo Atlântico, criado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março;
- Sistema multimunicipal de saneamento da Península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho.

Destacamos a regra prevista no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, nos termos da qual os contratos de concessão dos sistemas multimunicipais criados através dos referidos diplomas legais devem ser alterados de modo a assegurar a conformidade com o disposto no presente decreto-lei no prazo de seis meses a contar da sua data de entrada em vigor – ou seja, até 1 de julho de 2021.

01 de março de 2021

Catarina Pinto Xavier cpx@slcm.pt

Maria Madalena Marques mmm@slcm.pt

A informação contida nesta WITH não consubstancia opinião ou assessoria jurídica, não dispensando a consulta da legislação referida e/ou aconselhamento junto de um profissional para aplicação a situações concretas.

slcm

SERRA LOPES, CORTES MARTINS // ADVOGADOS

Rua General Firmino Miguel nº3 Torre 2 - 10º B // 1600-100 Lisboa Portugal
Tel: +351 21 723 40 00 // Fax: +351 21 723 40 29 // slcm@slcm.pt // www.slcm.pt

Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, RL // Ins. Ordem dos Advogados nº 18/89